

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº017/2026

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI, pessoa jurídica de Direito Público, com a sede na Rua: Edilberto Marques, 620, Centro de Joca Marques – PI- CNPJ nº 01.612.677/0001-43, através de seu Agente de contratação (pregoeiro) e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETÔNICO Nº 004/2026** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para Registro de preço para contratação de empresa para a aquisição de material de construção (hidráulico, elétrico e sanitário) atendendo as necessidades do município de Joca Marques-PI. O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 035/23 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

DATA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 22/06/2026

HORÁRIO: Até às 08h00min

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (INÍCIO DA DISPUTA): Dia 23/06/2026

HORÁRIO: Às 10h30min

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: BLL Compras, através do site www.bll.org.br.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objetivo o **PREGÃO ELETRÔNICO** para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICO, ELÉTRICO E SANITÁRIO) ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI conforme termo de referencia do anexo I deste edital.

2.2. Órgão Gerenciador:

a-) Município de Joca Marques-PI

2.2.1. Entidades Participantes:

a) Prefeitura Municipal de Joca Marques-PI

2.3 O prazo máximo de entrega será de **05 (cinco) dias**, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e/ou serviços, em horário de expediente, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato, para que este acompanhe a entrega.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos e devidamente cadastrada no site www.bll.org.br.

3.2. Podem participar da presente licitação todos os interessados cadastrados ou não na Prefeitura de Joca Marques-PI.

3.3. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.3.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.bll.org.br

3.3.2. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

3.3.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer

acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4. Será admitida a participar deste Edital, qualquer empresa, com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, sendo a proponente a ser CONTRATADA, a única responsável pela execução do objeto;

3.5. Não será admitida a participação de:

a) Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores, ou em dissolução, ou em liquidação;

b) Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Joca Marques-PI, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

c) Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.6. A pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

a) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.7. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica pelo licitante vencedor.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis no site www.bll.org.br, no qual as respostas e as decisões serão divulgadas neste mesmo local.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. Caso seja acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta** com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. A licitante deverá enviar os documentos de habilitação, observando o procedimento disposto no item 5.1 deste Edital e o Art. 63, II e III da Lei 14.133/2021.

5.4. O licitante deverá declarar o que for exigido no edital, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.4.1. Declaração em relação ao cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

5.4.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa

com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6. PROPOSTA

6.1 O prazo de validade da proposta será de até 60 dias, a contar da data de abertura de

sessão de pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

6.2 Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial, com indicação e referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

6.3. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. (até terminado a fase de lances)

6.3.1 Qualquer elemento que possa identificar o licitante nos termos do item 6.3, importará na desclassificação da proposta.

6.4 - **Prazo de validade da proposta**: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega das propostas;

6.5 - **Forma de pagamento**: até **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal eletrônica .

6.6 - **Prazo de entrega**: A empresa contratada deve garantir o cumprimento rigoroso do prazo de **até 5 (cinco)** contados da data da ordem de fornecimento/serviços.

6.7 - **Local de entrega**: Em local(município) determinado e descrito na autorização da contratante.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 4 deste Edital:

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, **no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**
- f) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- g) Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo agente de contratação(pregoeiro), deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02(duas) horas ou em outra data determinada pelo agente de contratação(pregoeiro).

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

- d) prova de regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados ou transmitidos aos órgãos competentes, conforme a natureza jurídica da licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

b) Para as empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos, nos termos do art. 69, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a documentação ficará limitada às demonstrações contábeis dos exercícios efetivamente encerrados após sua constituição, não sendo exigida a apresentação de documentos relativos a períodos anteriores à sua existência jurídica;

c) No caso de empresa constituída no exercício social em curso, que ainda não possua exercício encerrado, será admitida a apresentação do balanço de abertura ou de documentação contábil equivalente exigida pela legislação aplicável.

d) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 dias da data designada para a apresentação do documento;

7.3.1. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

7.3.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.3.3. Na análise dos documentos de habilitação, agente de contratação/pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua

validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.3.4. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento.

7.4 - HABILITAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1 Apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente, que comprove o fornecimento dos produtos e/ou a prestação de serviços iguais ou similar ao objeto licitado;

8. VEDAÇÕES

8.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

8.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 8.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou

coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

8.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

9. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o agente de contratação(pregoeiro) abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

9.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 3.3.2 deste Edital.

9.3. A comunicação entre o agente de contratação(pregoeiro) e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

9.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

10. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O agente de contratação(pregoeiro) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após o término da fase competitiva e de goiação com pregoeiro;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde

que insanável.

10.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o agente de contratação (pregoeiro) dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

10.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

10.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.7.4 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

10.7.5 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

11. MODO DE DISPUTA

11.1. Será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 10.

11.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, **durará 10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

11.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o agente de contratação(pregoeiro) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o agente de contratação(pregoeiro) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação(pregoeiro) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico **www.bll.org.br**

12. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 5 e 7, alíneas e, f e g, deste Edital;

12.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

12.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 12.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

12.1.4. O disposto no item 12.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

13. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o agente de contratação (pregoeiro) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

13.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo agente de contratação (pregoeiro), deverão ser encaminhados no prazo de 02 (duas) horas e / em outro prazo determinado pelo agente de contratação/pregoeiro.

13.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

13.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

14. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 7.1., 7.2. e 7.3., enviados nos termos do item 5.1, todos deste edital, serão examinados pelo agente de

contratação(pregoeiro), que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

14.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, excetose vencido o prazo de validade.

14.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

14.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 7, alíneas e, f e g deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação(pregoeiro) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

15.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

15. RECURSO

15.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou delavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

15.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início a data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item

15.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

15.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

17.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde

que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 6.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 17.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

18. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação será a partir da data de assinatura do contrato é de **12(doze) meses** ou até a entrega total do objeto.

19. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

19.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da

ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal eletrônica.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. A empresa contratada deve garantir o cumprimento rigoroso do **prazo de até 05 (cinco) contados da autorização da contratante.**

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 21.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 21.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

21.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 21.2 do presente Edital.

21.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.6. A aplicação das sanções previstas no item 21.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.7. Na aplicação da sanção prevista no item 21.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 21.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação.

21.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

21.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios

com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

21.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 21.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação (pregoeiro).

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Joca Marques-PI para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICO, ELÉTRICO E SANITÁRIO) ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

I - MATERIAIS HIDRAULICOS PVC E DIVERSOS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VLR UNIT. ESTIMADO	VLR TOTAL ESTIMADO
1	Adaptador curto PVC bolsaXrosca de 110 mmX4"	Un	150		
2	Adaptador curto PVC bolsaXrosca de 20mmx1/2" P/ ligação domiciliar	Un	150		
3	Adaptador curto PVC bolsaXrosca de 40mmx1.1/4"	Un	150		
4	Adaptador curto PVC bolsaXrosca de 50mmX1.1/2"	Un	150		
5	Adaptador curto PVC bolsaXrosca de 60mmX2"	Un	10		
6	Bucha de Red. PVC sold. Curta 25 mmX20 mm	Un	300		
7	Bucha de Red. PVC p/ Esgoto 50x40mm	Un	200		
8	Bucha de Red. PVC Sold. Curta 32mmX25mm	Un	200		
9	Bucha de redução longa PVC soldável de 40X50mm	Un	200		
10	Bucha de redução longa PVC soldável de 50X60mm	Un	200		
11	Cap PVC soldável de 20 mm	Un	500		
12	Cap PVC soldável de 25 mm	Un	700		
13	Cap PVC soldável de 32 mm	Un	500		
14	Cap PVC soldável de 40 mm	Un	500		
15	Cap PVC soldável de 50 mm	Un	150		
16	Cap PVC soldável de 60 mm	Un	150		
17	Cap PVC soldável de 85 mm	Un	30		
18	Chuveiro Plástico	Un	150		
19	Cola adesiva 175g	Un	60		
20	Cola adesiva 75g	Un	100		
21	Colar de tomada PVC c/ trava de 110 mmX1/2	Un	200		
22	Colar de tomada PVC c/ trava de 50 mmX1/2"	Un	200		
23	Colar de tomada PVC c/ trava de 60 mmX1/2"	Un	200		
24	Colar de tomada PVC c/ trava de 85 mmX1/2"	Un	20		
25	Curva 90° PVC soldável de 110 mm	Un	30		
26	Curva 90° PVC soldável de 32 mm	Un	500		
27	Curva 90° PVC soldável de 40 mm	Un	400		
28	Curva 90° PVC soldável de 50 mm	Un	300		
29	Curva 90° PVC soldável de 60 mm	Un	120		
30	Curva 90° PVC soldável de 85 mm	Un	25		
31	Curva 90° PVC soldável eletroduto de 20 mm	Un	400		
32	Curva 90° PVC soldável eletroduto de 25 mm	Un	500		
33	Curva 90° PVC soldável eletroduto de 32 mm	Un	300		

34	Curva 90° PVC soldável eletroduto de 40 mm	Un	300		
35	Eletroduto PVC flexível 20mm	Mt	340		
36	Eletroduto PVC flexível 25mm	Um	340		
37	Fita Veda Rosca 1/2x10m	Un	40		
38	Fita veda rosca 18mmX25 metros	Un	40		
39	Flange PVC soldável curto p/ cx. D'água de 110 mm	Un	10		
40	Flange PVC soldável curto p/ cx. D'água de 40 mm	Un	60		
41	Flange PVC soldável curto p/ cx. D'água de 50 mm	Un	400		
42	Flange PVC soldável curto p/ cx. D'água de 60 mm	Un	40		
43	Flange PVC soldável curto p/ cx. D'água de 85 mm	Un	30		
44	Joelho 90° PVC bolsaXrosca de 20 mmX1/2" p/ ligação domiciliar	Un	200		
45	Joelho 90° PVC soldável de 110 mm	Un	40		
46	Joelho 90° PVC soldável de 20 mm p/ ligação domiciliar	Un	200		
47	Joelho 90° PVC soldável de 40 mm	Un	200		
48	Joelho 90° PVC soldável de 50 mm	Un	200		
49	Joelho 90° PVC soldável de 60 mm	Un	100		
50	Joelho 90° PVC soldável de 85 mm	Un	40		
51	Luva PVC soldável de 110 mm (água)	Un	20		
52	Luva PVC soldável de 20 mm (água) p/ ligação domiciliar	Un	500		
53	Luva PVC soldável de 40 mm (água)	Un	400		
54	Luva PVC soldável de 50 mm (água)	Un	400		
55	Luva PVC soldável de 60 mm (água)	Un	300		
56	Luva PVC soldável de 85 mm (água)	Un	200		
57	Luva PVC de correr de 110 mm c/ anéis	Un	30		
58	Luva PVC de correr de 20 mm, c/ anéis	Un	400		
59	Luva PVC de correr de 25 mm, c/ anéis	Un	100		
60	Luva PVC de correr de 32 mm, c/ anéis	Un	100		
61	Luva PVC de correr de 40 mm, c/ anéis	Un	100		
62	Luva PVC de correr de 50 mm, c/ anéis	Un	200		
63	Luva PVC de correr de 60 mm, c/ anéis	Un	100		
64	Luva PVC de correr de 85 mm, c/aneis	Un	100		
65	Registro para chuveiro Inox	Un	10		
66	Registro PVC soldável tipo vs de 20 mm p/ ligação domiciliar	Un	200		
67	Registro PVC soldável tipo vs de 32mm	Un	80		
68	Registro PVC soldável tipo vs de 40mm	Un	100		
69	Registro PVC soldável tipo vs de 60mm	Un	100		
70	Registro PVC soldável tipo vs de 85mm	Un	4		
71	Registro PVC soldável tipo vs de 50mm	Un	100		
72	Tê 90° PVC soldável de 110 mm	Un	40		
73	Tê 90° PVC soldável de 40 mm	Un	100		
74	Tê 90° PVC soldável de 50 mm	Un	140		
75	Tê 90° PVC soldável de 60 mm	Un	140		
76	Tê 90° PVC soldável de 85 mm	Un	50		
77	Torneira Bóia - 1"	Un	50		
78	Torneira Bóia - 1/2"	Un	60		
79	Torneira Bóia - 3/4"	Un	60		
80	Torneira bóia p/caixa de descarga	Un	150		
81	Torneira Curta - Metal Amarelo	Un	150		
82	Torneira Curta - Metal Cromado	Un	60		
83	Torneira Curta - PVC Branco	Un	180		
84	Torneira giratoria inox movel longa	Un	50		
85	Torneira Longa - Metal Amarelo	Un	100		
86	Torneira Longa - Metal Cromado	Un	100		
87	Torneira Longa - PVC Branco	Un	80		
88	Torneira p/ Jardim - Metal Amarelo	Un	150		
89	Torneira p/ Jardim - Metal Cromado	Un	150		
90	Torneira p/ Jardim - Plástico	Un	220		
91	Torneira p/ Lavatório Curta - Metal Cromado	Un	250		
92	Torneira p/ Lavatório Curta - Plástico Branco	Un	250		

93	Torneira p/ Lavatório Longa - Metal cromado	Un	250		
94	Torneira p/ Lavatório Longa - PVC Branco	Un	250		
95	Torneira parede inox longa	Un	250		
96	Torneira pvc, tipo jardim de 1/2" p/ ligação domiciliar	Un	150		
97	Tubo descarga c/ a curva	Tb	80		
98	Tubo p/caixa de descarga 40mm	Tb	120		
99	Tubo PVC pbs, classe 15 DE 50 mm (soldável) (água)	Tb	60		
100	Tubo PVC Azul Irrigação, 20 mm	Tb	200		
101	Tubo PVC Azul Irrigação, 25 mm	Tb	100		
102	Tubo PVC Azul Irrigação, 32 mm	Tb	200		
103	Tubo PVC Azul Irrigação, 50 mm	Tb	400		
104	Tubo PVC rígido soldável, eletroduto DE 20 mm	Tb	40		
105	Tubo PVC rígido soldável, eletroduto DE 25 mm	Tb	40		
106	Tubo PVC rígido soldável, eletroduto DE 32 mm	Tb	40		
107	Tubo PVC rígido soldável, eletroduto DE 40 mm	Tb	40		
108	Tubo PVC soldável de 20 mm p/ ligação domiciliar	Tb	1.000		
109	Tubo PVC soldável de 25 mm p/ ligação domiciliar	Tb	500		
110	Tubo PVC soldável de 32 mm p/ ligação domiciliar	Tb	500		
111	Tubo PVC soldável, esgoto de 200 mm	TB	10		
112	Tubo PVC soldável, esgoto de 150 mm	Tb	20		
113	Tubo PVC soldável, esgoto de 100 mm	Tb	90		
114	Tubo PVC soldável, esgoto de 40 mm	Tb	100		
115	Tubo PVC soldável, esgoto de 50 mm	Tb	100		
116	Válvula Curta PVC	Un	120		
117	Válvula de Descarga - 1 1/2"	Un	30		
118	Válvula de Descarga - 1 1/4"	Un	30		
119	Válvula de Descarga - 1"	Un	30		
120	Válvula Longa PVC	Un	120		
121	Válvula p/ Cuba Inox	Un	60		
122	Ventosa PVC soldável de 32 mm	Un	20		
123	Ventosa PVC soldável de 40 mm	Un	20		
124	Ventosa PVC soldável de 50 mm	Un	20		
II - FERRO GALVANIZADO, METAIS E MATERIAIS DIVERSOS					
125	Abraçadeira em chapa de ferro, reforç.de 1.1/2" c/ parafusos, p/ bomb. Submersa	PAR	150		
126	Abraçadeira em chapa de ferro, reforç.de 1.1/4" c/ parafusos, p/ bomb. Submersa	PAR	150		
127	Abraçadeira em chapa de ferro, reforç.de 2" c/ parafusos, p/ bomb. submersa	PAR	100		
128	Alicate multi teste Minipa p/ medir (amp,volt/ continuada e etc)	Un	10		
129	Arco de serra em aço, regulável	Un	20		
130	Chave grifo nº 08	Un	10		
131	Chave grifo nº 10	Un	10		
132	Chave grifo nº 18	Un	10		
133	Chave grifo nº 24	Un	10		
134	Curva 90º longa (MXF) ferro galvanizado de 1.1/2"	Un	150		
135	Curva 90º longa (MXF) ferro galvanizado de 1.1/4"	Un	150		
136	Curva 90º longa (MXF) ferro galvanizado de 2"	Un	50		
137	Ferro vergalhão 1/2"	Kg	50		
138	Ferro Bitola 1/4"	Kg	50		
139	Ferro vergalhão 3/8"	Kg	50		
140	Ferro vergalhão 4.2mm	Kg	50		
141	Ferro vergalhão 5/16mm	Kg	50		
142	Ferro vergalhão 5/8"	Kg	50		
143	Ferro vergalhão 5.0	Kg	50		
144	Ferro Metalon Galvanizado P/ Estrutura De Forro PVC 15x15	Pç	100		
145	Ferro Metalon Galvanizado P/ Estrutura De Forro PVC 20x20	Pç	100		
146	Lâmina de serra starret	Un	30		

147	Lixa d'água nº 120	Fl	100		
148	Luva de redução longa ferro galvanizado 1.1/2"X1.1/4"	Un	100		
149	Luva de redução longa ferro galvanizado 2"X1.1/2"	Un	100		
150	Luva de redução longa ferro galvanizado 2"X1.1/4"	Un	100		
151	Luva de união ferro galvanizado de 1.1/2"	Un	100		
152	Luva de união ferro galvanizado de 1.1/4"	Un	100		
153	Luva de união ferro galvanizado de 2"	Un	100		
154	Luva simples ferro galvanizado de 1.1/2"	Un	200		
155	Luva simples ferro galvanizado de 1.1/4"	Un	200		
156	Luva simples ferro galvanizado de 2"	Un	50		
157	Moitão com 03 gones de, capacidade	Par	30		
158	Niple ferro galvanizado de 1.1/2"	Un	50		
159	Niple ferro galvanizado de 1.1/4"	Un	50		
160	Niple ferro galvanizado de 2"	Un	50		
161	Pasta lubrificante de 400 gramas	Un	20		
162	Registro de gaveta, bronze de 1.1/2"	Un	30		
163	Registro de gaveta, bronze de 1.1/4"	Un	30		
164	Registro de gaveta, bronze de 2"	Un	30		
165	Registro de gaveta, bronze de 3"	Un	4		
166	Tampa de alumínio p/ poço tubular 6"X1.1/2"	Un	40		
167	Tampa de alumínio p/ poço tubular 6"X1.1/4"	Un	40		
168	Tampa de alumínio p/ poço tubular 6"X2"	Un	40		
169	Taps (bujão) ferro galvanizado de 1.1/2"	Un	10		
170	Taps (bujão) ferro galvanizado de 1.1/4"	Un	10		
171	Taps (bujão) ferro galvanizado de 2"	Un	10		
172	Tê 90° ferro galvanizado de 1.1/2"	Un	120		
173	Tê 90° ferro galvanizado de 1.1/4"	Un	120		
174	Tê 90° ferro galvanizado de 2"	Un	120		
175	Tubo ferro galvanizado de 1.1/2"	Tb	50		
176	Tubo ferro galvanizado de 1.1/4"	Tb	50		
177	Tubo ferro galvanizado de 2"	Tb	40		
178	Válvula de retenção, horizontal, bronze de 1.1/2"	Un	20		
179	Válvula de retenção, horizontal, bronze de 1.1/4"	Un	20		
180	Válvula de retenção, horizontal, bronze de 2"	Un	20		
III - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO/DIVERSOS					
181	Acionamento da caixa de descarga	Un	40		
182	Adaptador (Flange) - 1 1/4"	Un	20		
183	Adaptador (Flange) - 1"	Un	20		
184	Adaptador (Flange) - 1/2"	Un	30		
185	Adaptador (Flange) - 2"	Un	20		
186	Adaptador Curto 25mmX3/4"	Un	60		
187	Aldabra média (porta cadeado)	Un	100		
188	Arame farpado bola 250 m	Bola	20		
189	Arame farpado bola 500 m	Bola	20		
190	Arame liso nº 10, rolo com 50 KG	Rolo	30		
191	Arame liso nº 12, rolo com 50 KG	Rolo	30		
192	Arame Recozido Nº 16	Kg	80		
193	Arame Recozido Nº 18	Kg	80		
194	Areia Fina	m³	350		
195	Areia Grossa	m³	250		
196	Argamassa Pré-fabricada(Assent.Pisos/Revestim)	PCT	900		
197	Assento p/ vaso sanitário	Un	120		
198	Azulejo 15x15cm	Un	1.000		
199	Bacia sanitária c/ caixa acoplada	Un	50		
200	Bacia sanitária convencional	un	90		
201	Bóia de 1/2 p/caixa água	un	100		
202	Bota de couro s/ cadarço nº: 38; 39; 40	Par	50		
203	Bota de couro s/ cadarço, cano curto nº 38; 39; 40	Par	50		
204	Bota de couro s/ cadarço, cano longo nº 38; 39; 39	Par	100		

205	Botão c/suporte p/caixa de descarga	Un	100		
206	Brita	M³	150		
207	Caixa D'Água de Fibra de Vidro - 10.000 litros	Un	10		
208	Caixa D'Água de Fibra de Vidro - 15 mil litros	Un	5		
209	Caixa D'Água de Fibra de Vidro - 250 litros	Un	10		
210	Caixa D'Água de Fibra de Vidro - 5.000 litros	Un	8		
211	Caixa D'Água de Fibra de Vidro - 500 litros	Un	20		
212	Caixa D'Água de Fibra de Vidro - 1.000 Litros	Un	20		
213	Caixa de Descarga Externa PVC	Un	120		
214	Caixa Sifonada 150x150x40mm	Un	40		
215	Caixa Sifonada c/ Tampa Cega 150x150x50	Un	40		
216	Cal Hidratada	Kg	200		
217	Câmara de ar p/pneu de carro de mão	Un	20		
218	Caneleta PVC 20x10x2000	Un	60		
219	Cantoneira de ferro 1.1/4 x1/8	KG	100		
220	Carro de mão c/ Pneu c/ câmara de ar	Un	30		
221	Carro de mão c/ pneu sem câmara de ar	Un	20		
222	Cavadeira Articulada	Un	30		
223	Cerâmica Esmaltada 20x20cm PEI- 3	M²	100		
224	Cerâmica Esmaltada 20x20cm PEI- 4	M²	100		
225	Cerâmica Esmaltada 20x20cm PEI- 5	M²	100		
226	Cerâmica Esmaltada 20x30cm PEI- 4	M²	100		
227	Cerâmica Esmaltada 20x30cm PEI- 3	M²	100		
228	Cerâmica Esmaltada 20x30cm PEI- 5	M²	100		
229	Cerâmica Esmaltada 30x30cm PEI- 3	M²	100		
230	Cerâmica Esmaltada 30x30cm PEI- 4	M²	100		
231	Cerâmica Esmaltada 30x30cm PEI- 5	M²	50		
232	Cerâmica Esmaltada 35x35cm PEI- 3	M²	150		
233	Cerâmica Esmaltada 35x35cm PEI- 4	M²	300		
234	Cerâmica Esmaltada 35x35cm PEI- 5	M²	150		
235	Cerâmica Esmaltada 40x40cm PEI- 3	M²	150		
236	Cerâmica Esmaltada 40x40cm PEI- 4	M²	800		
237	Cerâmica Esmaltada 40x40cm PEI- 5	M²	400		
238	Chapa de Zinco galvanizado 2,00x1,00 m	Un	30		
239	Cimento Branco	Kg	400		
240	Cimento c/ 50 Kg.	Saco	1.200		
241	Colher de pedreiro nº 9	Un	80		
242	Compensado 10 MM	FL	80		
243	Compensado 12 MM	FL	80		
244	Compensado 15 MM	FL	80		
245	Compensado 4 MM	FL	80		
246	Compensado 6 MM	FL	80		
247	Copo Sifonado PVC	Un	50		
248	Corante universal líquido 34ml (cores variadas)	Un	60		
249	Corda seda 8 mm	Mt	200		
250	Corda seda 10 mm	Kg	100		
251	Cordão torcido 2x4,0 mm	Mt	50		
252	Desempenadeira dentada	Un	50		
253	Desentupidor p/vaso sanitário c/cabo	Un	50		
254	Dobradiça de Ferro Cromado - 3.1/2"	Un	80		
255	Dobradiça de Ferro Polido - 3.1/2"	Un	80		
256	Enxada grande c/cabo	Un	35		
257	Enxada larga ½ lua 2 ½ "	Un	35		
258	Enxada norte 2.1/2" libras cl cabo	Un	35		
259	Esmalte Sintético	litro	30		
260	Esquadro de alumínio –tam. Grande	Un	15		
261	Facão "ponta reta 16"	Un	10		
262	Facão "ponta reta 20"	Un	10		
263	Facão ponta reta 18"	Un	10		
264	Fechadura de Embutir c/ Cilindro	Un	150		

265	Fechadura de embutir p/banheiro	Un	150		
266	Fechadura de Embutir s/ Cilindro	Un	50		
267	Fechadura embutir perfil (tamanhos)	Un	50		
268	Fechadura Livre/Ocupado	Un	50		
269	Fechaduras p/ caixa de madeira	Un	50		
270	Fechaduras p/ porta de ferro	Un	50		
271	Ferrolho de Ferro Cromado - 4"	Un	80		
272	Ferrolho de Ferro Polido - 4"	Un	80		
273	Fibra de vidro para caixa d'água	Un	20		
274	Foice Ceará	Un	30		
275	Foice roçadeira	Un	30		
276	Forra para porta e janelas	Par	40		
277	Forro de PVC 8mmX20cmX3m (m²) branco gelo	M²	500		
278	Frechal	M	250		
279	Gabinete com pia de cozinha	Un	5		
280	Grampo para cerca 7/8X12	Kg	80		
281	Haste para aterramento 1,20m completa	Un	30		
282	Haste para aterramento 2,40m completa	Un	30		
283	Hidracor –pact. c/2kg	Pacote	50		
284	Lavatório Pequeno de Louça (Branco)	Un	50		
285	Lavatório Pequeno de PVC (Branco)	Un	50		
286	Lixa nº 80	Un	300		
287	Maçanetas	Pares	80		
288	Machado 3lb ½	Un	10		
289	Madeira serrada tipo caibro 3,5/7	MT	1.300		
290	Madeira serrada tipo linha 7/14	MT	500		
291	Madeira serrada tipo meia linha7/7	MT	500		
292	Madeira serrada tipo ripa 1,5/4	MT	2.500		
293	Madeirite 2,20x1 ,10	FL	200		
294	Mangote longo	Un	90		
295	Mangote pequeno	Un	90		
296	Mangueira cristal ½"	M	250		
297	Mangueira de cristal 25 mm	M	160		
298	Mangueira preta para irrigação 20 mm	M	160		
299	Mangueira preta para irrigação 25 mm	M	160		
300	Mangueira preta para irrigação 32 mm	M	70		
301	Mangueira trancada ½"	M	250		
302	Marreta oitavada 0,5 kg	Un	10		
303	Marreta oitavada 1 kg	Un	10		
304	Martelo de unha 25 mm	Un	10		
305	Mascara descartável	Un	50		
306	Massa a Óleo	Litro	50		
307	Massa corrida – lata c/18 litros	Lata	130		
308	Massa plástica 400g	Lata	120		
309	Massa PVC externa – lata c/18 litros	Lata	80		
310	Massa silicone p/ montar vidro	Un	20		
311	Metalon 40x40	Metro	100		
312	Metalon 50x25	Metro	100		
313	Mictório com sifão integrado	Un	20		
314	Parafuso 4.8x40	Un	2.000		
315	Parafuso 4.8x50	Un	2.000		
316	Parafuso 4.8x65	Un	2.000		
317	Parafuso 8"	PÇ	1.500		
318	Parafuso De 10"	PÇ	300		
319	Parafuso De 12"	PÇ	300		
320	Parafuso para Dobradiça	Un	4.000		
321	Parafuso para forra	Un	2.000		
322	Parafusos 16"X250 com Porca e Arruela	Un	140		
323	Paralelepípedo	Mil	80		

324	Peneira fina p/areia fina	Un	10		
325	Peneira grossa p/areia grossa	Un	10		
326	Pia de Fibra de 1,00mt	Un	40		
327	Pia de Fibra de 1,20mt	Un	40		
328	Pia de Fibra de 1,50mt	Un	40		
329	Pia de inox 0,60x1,20m	Un	30		
330	Pia de Louça para Banheiro	Un	40		
331	Plaina de metal nº 08	Un	10		
332	Plumo de cobre nº 4	Un	10		
333	Ponteiro de aço	Un	10		
334	Porta Alumínio 2,10x80	Un	10		
335	Porta Alumínio 2,10x60	Un	10		
336	Porta Alumínio 2,10x70	Un	10		
337	Porta Cadeado Zincado 2.1/2"	Un	100		
338	Porta Cadeado Zincado 3.1/2"	Un	100		
339	Porta Cadeado Zincado 4.1/2"	Un	100		
340	Porta Compensado 2,10X0,60m	Un	70		
341	Porta Compensado 2,10X0,70m	Un	70		
342	Porta Compensado 2,10X0,80m	Un	90		
343	Porta De Almofada Madeira	M²	60		
344	Porta Madeira Lisa 60X2,10	Un	60		
345	Porta Madeira Lisa 70X2,10	Un	60		
346	Porta Madeira Lisa 80X2,10	Un	60		
347	Prancha Madeira 7x20	M	70		
348	Prego 1.1/4"X15 (Ripas) (KG)	Kg	50		
349	Prego 2.1/2"X10 (Caibros/Serv.Gerais)- KG	Kg	50		
350	Prego com cabeça 3 1/2"X7	Kg	50		
351	Prego com cabeça 4X6	Kg	50		
352	Prego para Alizares - KG	Kg	50		
353	Prego para forra – KG	Kg	50		
354	Ralo pequeno	Un	50		
355	Rejunte para cerâmica	Kg	220		
356	Reparo para caixa de descarga de sobrepor	Un	20		
357	Reparo para torneira	Un	100		
358	Reparo para torneira Inox	Un	100		
359	Rolo de 15cm em espuma poliéster c/cabo	Un	80		
360	Rolo de lã sintético 23cm c/cabo	Un	80		
361	Selador p/parede Acrílico 18L	Lata	80		
362	Sifão multiuso universal	Un	50		
363	Silicone	Litro	20		
364	Solvente	Litro	160		
365	Supercal 5kg	Pct	150		
366	Talhadeira - reforçada chata para parede	Un	10		
367	Tampa interna p/caixa de descarga	Un	80		
368	Tampa p/ caixa d'água 1.000 lt fibra	Un	20		
369	Tampa p/ caixa d'água 15.000 lt fibra	Un	10		
370	Tampa p/ caixa d'água 250 lt fibra	Un	20		
371	Tampa p/ caixa d'água 500 lt fibra	Un	20		
372	Tampa p/caixa d'água 10.000 lt fibra	Un	10		
373	Tampa p/caixa d'água 5.000 lt fibra	Un	10		
374	Telha de amianto 1x2,5mt	Un	150		
375	Telhas Americana	Un	4.500		
376	Telhas cerâmicas canal	Un	35.000		
377	Telhas cerâmicas colonial	Un	50.000		
378	Telhas Portuguesa	Un	3.000		
379	Tesoura p/corte de chapa de ferro corte universal	Un	10		
380	Tijolos Cerâmicos 6 furos	Un	50.000		
381	Tijolos Cerâmicos 8 furos	Un	50.000		
382	Tinta Acrílica 18 LT	Lata	80		
383	Tinta Acrílica 3,6 LT	Lata	80		

384	Tinta Esmalte Sintético 900ML	Lata	100		
385	Tinta látex - lata c/ 18 litros	Lata	30		
386	Tinta Mineral a Base de Cal	Kg	300		
387	Tinta Mineral a Base de Cal c/ Pigmento	Kg	400		
388	Tinta para piso	Litro	30		
389	Tinta Spray Frasco 350 ML cores diversas	Un	40		
390	Tinta Textura Acrílica c/ Hidro- Repelente	Litro	200		
391	Tinta Texturizada Epóxi (Externa)	Kg	50		
392	Tinta Texturizada Epóxi (Interna)	Kg	50		
393	Tinta Esmalte Sintético 3,6 LT	Lata	120		
394	Trena Bolso 3m	Un	30		
395	Trena Bolso 5m	Un	30		
396	Trena Fibra 20m	Un	10		
397	Trena Fibra 30m	Un	10		
398	Trena Fibra 50m	Un	10		
399	Trincha simples "cabo plástico 3/4"	Un	50		
400	Trincha simples cabo plastic01 1/2'	Un	50		
401	Trincha simples cabo plástico 1"	Un	50		
402	Trincha simples cabo plástico 1/2"	Un	50		
403	Trincha simples cabo plástico 2.1/2"	Un	50		
404	Trincha simples cabo plástico 2"	Un	50		
405	Trincha simples cabo plástico 3"	Un	50		
406	Vaso Sanitário Comum	Un	60		
407	Xadrez em Pó 500g	Un	80		
IV - MATERIAL ELÉTRICO / DIVERSOS					
408	Alavanca ponta pá sextavada - longa	Un	10		
409	Alicate de pressão tipo C p/solda	Un	20		
410	Arco de serra regulável em aço (padrão)	Un	10		
411	Armador de Embutir	Par	20		
412	(Bocal de forro) Plafon de Teto	Un	80		
413	Bocal simples	Un	400		
414	Broxa para pintura	Un	30		
415	Cabo pp monofásico 3x2,5mm	Metro	1.000		
416	Cadeado 40mm	Un	100		
417	Chave de fenda grande	Un	20		
418	Clipes monofásicos	Un	600		
419	Clipes Trifásicos	Un	600		
420	Epóxi	Un	20		
421	Escudo p/solda –	Kg	2		
422	Extensão Elétrica 10m 4 tomadas Novo Padrão, Cabo 1KV 3x1,5mm	Un	20		
423	Extensão Tripla Cabo 2x0, 75mm 5M	Un	30		
424	Fio Isolado - 1.5mm2 (14AWG)	Metro	1.200		
425	Fio Isolado – 10.0mm2 (6AWG)	Metro	1.200		
426	Fio Isolado - 4.0mm2 (10AWG)	Metro	1.200		
427	Fio Isolado - 6.0mm2 (8AWG)	Metro	1.200		
428	Fio Isolado - 2.5mm2 (12AWG)	Metro	1.200		
429	Fio Paralelo – 2x0.75mm2	Metro	1.400		
430	Fita isolante de 20 metros	Un	90		
431	Fita isolante de 5 metros	Un	60		
432	Fita isolante de 10 metros	Un	80		
433	Fita de alta fusão de 10 metros	Un	60		
434	Interruptor 3 Teclas Paralelas(3w)	Un	400		
435	Interruptor de Campanha	Un	10		
436	Interruptor Duplo	Un	400		
437	Interruptor Simples	Un	200		
438	Interruptor Simples Conjugado c/ Tomada	Un	200		
439	Interruptor Triplo	Un	200		
440	Lâmapada eleronica compacta 3U 7w	Un	80		

441	Lâmapada eletronica 13w	Un	80		
442	Lâmapada Fluorescente tub. 20w	Un	50		
443	Lâmapada fluorescente tub 40w	Un	50		
444	Lâmina de serra bimetal	Un	20		
445	Lâmpada eletronica compacta espiral 15w	Un	200		
446	Lâmpada eletronica compacta espiral 20w	Un	200		
447	Lâmpada eletronica compacta espiral 36w	Un	200		
448	Lâmpada eletronica compacta espiral 45w	Un	300		
449	Lâmpada Led de 10w	Un	100		
450	Lâmpada Led de 15w	Un	300		
451	Lâmpada Led de 25w	Un	100		
452	Lampadas pl 30w	Un	400		
453	Lápis de carpinteiro	Un	20		
454	Lima KF nº 3	Un	20		
455	Lima KF nº 5	Un	20		
456	Lixa para Ferro (padrao)	Un	300		
457	Lixa para Madeira (padrao)	Un	300		
458	Lixa para Parede (padrao)	Un	300		
459	Luminária Fluorescente 1X40w (Completa) - partida rápida	Un	30		
460	Luminária Fluorescente 2X20w (Completa) - partida rápida	Un	30		
461	Óculos de proteção contra UV	Un	80		
462	Reator de 20 W - partida rápida	Un	100		
463	Reator de 40w - partida rápida	Un	80		
464	Reator de 70 W - partida rápida	Un	80		
465	Tomada p/ Ar Condicionado	Un	100		
466	Tomada p/ Computador	Un	100		
467	Tomada p/ Telefone	Un	60		
468	Torques armador "13"	Un	20		
469	Roseta de Porcelana	Un	120		
VALOR TOTAL DO LOTE					

O valor total estimado é de R\$:----(ORÇAMENTO SIGILOSO, CONFORME JUSTIFICATIVA, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021)

ESTIMATIVA DE PREÇOS

Estimativas preliminares dos preços: (Calculada na forma estabelecida no Art 23 da Lei 13.144/2021).

A estimativa dos preços acima descritos está baseada na média de valores resultantes de em contratações públicas realizadas pela Administração Pública em exercicio anterior. Buscou -se ainda cotações em Banco de Preços/Painel de Preços (Painel de preços - TCE-PI.

DA NATUREZA DO OBJETO

- () Não se enquadra como sendo bem de luxo.
 (x) Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

O artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, estabelece que os itens de consumo deverão ser de

qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar de grande demanda a contratação em foco deverá ser através de processo licitatório através do pregão eletrônico, visando a contratação da empresa especializada para prestação do fornecimento pretendido.

Por se tratar de fornecimento e ou serviço comum deverá ser contratado através de pregão eletrônico.

Deve-se ressaltar que essa opção é mais eficaz para a Administração e economicamente mais viável, conforme histórico desta municipalidade. Desta forma, os itens foram divididos de acordo com a natureza dos objetos

OBS: CONSIDERANDO QUE FOI DIVIDIDO EM ITENS, NÃO HÁ ASSIM NENHUMA POSSIBILIDADE DE SE FALAR EM RESTRIÇÃO À COMPETIVIDADE.

DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

- Sim
 Não

Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência

quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.

Será admitida a participação de consórcios?

- Não
 Sim

Justificativa:

A Lei 14.133/21 estabelece que a vedação é que deve ser inserida no edital, de sorte que a omissão do instrumento convocatório acerca do assunto equivale à autorização. A opção do administrador, no sentido de vedar ou não a participação de empresas em consórcio, deve ser devidamente justificada tendo como parâmetro e fundamento a

ampliação da competitividade e a complexidade do objeto contratual envolvido.

Será admitida a participação de cooperativas?

Não

Sim

Caso a resposta seja sim, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Será admitida a subcontratação?

Não

Sim

JUSTIFICATIVA:

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios. Observe-se, ainda, que é vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

Caso seja permitida, deve-se incluir itens que especifiquem a parcela do objeto a ser subcontratada, expondo seus limites e/ou condições, fundamentando as razões para subcontratar.

Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

Não

Sim

Inserir justificativa do agrupamento de itens distintos em um mesmo lote ou excluir todo o subitem, caso não se aplique.

Cabe exclusivamente à área técnica a decisão de divisão de itens ou lotes, devendo-se ter especial atenção quanto à justificativa para a aglutinação em lote único. Registra-se, assim a jurisprudência majoritária do TCU, consubstanciada na Súmula n.º 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

Não

Sim

sim, caso seja determinado pelo pregoeiro qual justificará a necessidade da exigência. Caso seja necessário poderão ser exigidos laudos, atestados, catálogos, outros que possa ser útil para a análise.

Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

Não

sim, caso seja determinado pelo pregoeiro, qual justificará a necessidade da exigência. Caso seja necessário poderão ser exigidos laudos, catálogos, outros que possa ser útil para a análise.

Será exigida carta de solidariedade?

Não

Sim

Se sim, justificativa: _____(não se aplica)

Em razão do seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais.

“Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

(...)

IV - solicitar, motivadamente, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor;

(...)

Parágrafo único. A exigência prevista no inciso II do caput deste artigo restringir-se-á ao licitante provisoriamente vencedor quando realizada na fase de julgamento das propostas ou de lances”

4.4. Será exigida garantia de proposta?

Não

Sim

Se sim, justificativa: _____

“Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.”

DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- (x) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- (x) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- (x) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- (x) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- (x) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- (x) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- () Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que tratao art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- (x) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- (x) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- (x) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- (x) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- (x) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com

o objeto contratual, se tiver;

(x) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

(X) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (CONFORME A SER EXIGIDO NO EDITAL);

(X) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação técnica

(x) Apresentar atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços iguais ou similares ao objeto licitado;

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Prazo de entrega/execução

A empresa contratada deve garantir o cumprimento rigoroso do prazo de **até 5 (cinco) contados da autorização da contratante.**

Local, horário e endereço de entrega: O local da entrega do objeto licitado será aquele determinado na autorização de fornecimento/serviços.

Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a% do valor total do contrato?

(x) Não

() Sim

Se sim, justificativa: (Não se aplica)

“Art. 98. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Art. 99. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art. 102 desta Lei, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato.”

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

DA CONTRATADA

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência na prestação dos serviços objeto do contrato;
- d) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do serviços
- e) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- f) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- g) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- h) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- i) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

DA CONTRATANTE

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

DA VIGÊNCIA

(X) O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura do contrato ou até a entrega total do objeto, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

(X) O prazo de vigência da contratação é **de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da ata de registro de preços**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

() O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] OU o Estudo Técnico Preliminar.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor e fiscal de contrato:

O gestor e o fiscal do contrato serão aqueles designados pela contratante.

CABERÁ AO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E, NOS SEUS AFASTAMENTOS E SEUS IMPEDIMENTOS LEGAIS, AO SEU SUBSTITUTO, EM ESPECIAL:

I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art.19;

II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

III - acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 19;

VI - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

VII - coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

VIII - emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Prazos

Prazo de troca de bens rejeitados: (IMEDIATAMENTE)

Prazo de recebimento definitivo do objeto: CONFORME EDITAL

Prazo de liquidação do documento fiscal: CONFORME EDITAL

Prazo de pagamento: até 30 dias após a emissão da nfe.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação: (POR SE TRATAR DE REGISTRO DE PREÇOS, AS DOTAÇÕES SERÃO INFORMADAS NO ATO DA CONTRATAÇÃO)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Não se aplica

ÓRGÃO REQUISITANTE
Secretaria de municipal de Administração

ANEXO II

PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2026

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

_____(nome da
empresa), com sede na _____ (endereço
da empresa), inscrita no CNPJ sob o
nº.

_____, licitante no certame acima
destacado, promovido por essa Prefeitura Municipal de JOCA MARQUES-PI, DECLARA
para fins de participação no processo licitatório sob modalidade PREGÃO ELETRONICO
nº 004/2026 que atende plenamente os requisitos de habilitação, conforme no inciso I do
art. 63 da lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, assim como cumpre as exigências de
reservas de vagas para pessoas com deficiência e para reabilitação da previdência
social, previstas em lei e demais normas correlatas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/21).

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante

ANEXO III

PREGÃO ELETRONICO Nº.004/2026

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

C.N.P.J.:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital do PREGÃO ELETRONICO nº. 004/2026 declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está impedida em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 156, incisos III e IV da Lei 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2026

Assinatura do Representante

ANEXO IV

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. ____/2026.
(Referente Pregão Eletrônico Nº ____/2026)**

O MUNICÍPIO JOCA MARQUES-PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Edilberto Marques, 620, Centro de Joca Marques – PI- CNPJ nº 01.612.677/0001-43,, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. FABIANNA SPÍNDOLA MARQUES, inscrito no CPF nº 048.012.903-70, brasileira, residente e domiciliada no Município de Joca Marques/PI, ora denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, CI xxxxxx, CPF xxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **DETENTORA(S) DA ATA/ CONTRATO** nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 035/23 e demais legislações pertinentes e, considerando o resultado do Pregão Eletrônico Nº 004/2026, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

A presente licitação tem por objetivo o **PREGÃO ELETRÔNICO** para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICO, ELÉTRICO E SANITÁRIO) ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados/ contratados

1. Os valores unitários dos itens registrados neste contrato/Ata SRP são os constantes na planilha em abaixo:

Planilhas do objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	P UNIT	P TOTAL
TOTAL					

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA do contrato, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto deste CONTRATO, de acordo com as necessidades do Município de Joca Marques-PI, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Joca Marques-PI.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. A empresa contratada deve garantir o cumprimento rigoroso do prazo de **até 5 (cinco) dias contados da autorização pela contratante**.

1.5. Prazos intermediários para a entrega parcial de equipamentos e estruturas podem ser estipulados de acordo com o cronograma geral do evento e autorizada pela contratante.

2. O setor competente do município terá o prazo de **03 (três) dias** para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto/serviço entregue em desacordo com as especificações exigidas, na hipótese de não aceitação no prazo máximo de 03 (três) dias.

3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Joca Marques-PI, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta contrato de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 035/23 e demais legislações pertinentes.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

4. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do contrato do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

5. Dentro do prazo previsto no item anterior, o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

6. O prazo de validade do contrato será por um período de **12 (doze) meses**, contados a

partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município, conforme art. 84 da lei nº 14.133/21

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a emissão da nf.
- 1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do Município de Joca Marques-PI autorizado para o recebimento, devidamente assinado, contrato e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- 1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.
- 1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Joca Marques-PI, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer conseqüências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição do objeto

1. A aquisição do objeto do presente Contrato será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras e /ou setor responsável os quantitativos das aquisições.
- 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
- 1.2. A contratação com os fornecedores será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/21.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste contrato;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DO CONTRATO penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DO CONTRATO toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DO CONTRATO no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DO CONTRATO da aplicação de qualquer sanção.
- 1.6 - E todas as demais relacionadas no Termo de Referência.

2. Da Detentora do Contrato:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas neste contrato, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência deste contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos neste contrato, no edital de licitação e seus anexos.
- 2.6 - E todas as demais relacionadas no Termo de Referência.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A detentora do contrato será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

2.1. Na aplicação das sanções, a Administração observará:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

3. A sanção prevista no item 2, „a” será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 1, „a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

4. A sanção prevista no item 2, „b”, fixada pela Administração, em observância ao item 2.1., entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do valor da Contrato de Registro de Preços, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas item 1.

5. A sanção prevista no item 2, „c”, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, „b”, „c”, „d”, „e”, „f” e „g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Joca Marques-PI, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6. A sanção prevista no item 2, „d”, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, „h”, „i”, „j”, „l” e „m”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, „b”, „c”, „d”, „e”, „f” e „g” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7. Na aplicação da sanção prevista no item 2, „b”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato de sua intimação.

8. A aplicação das sanções previstas nos itens 2, „c” e „d”, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. Independentemente das sanções retro a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação realizada, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

10. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, o(a) Agente de contratação(pregoeiro)(a) poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim a Prefeitura Municipal poderá reincidir o contrato ou cancelar a contrato de registro de preços, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

11. A licitante que injustificadamente e infundadamente se insurgir contra a decisão do agente de contratação(pregoeiro) ou autoridade superior, quer por meio de interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica, desde logo, ciente que, caso o seu pedido

seja indeferido, será acionada judicialmente para reparar danos causados ao licitante em razão de sua ação procrastinatória.

11.1. Da aplicação das sanções previstas nos itens 2, „a”, „b” e „c” caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2. Da aplicação da sanção prevista no item 2, „d” caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.3. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e Código Penal, bem como demais legislações aplicáveis à espécie.

Cláusula Nona – Do Cancelamento do Contrato de Registro de Preços

1. O presente Contrato de Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes deste contrato;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. A detentora sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

1.5. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Contrato de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências deste Contrato de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 40 do Decreto Municipal nº /20----.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das

penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes:

Fonte: ----

Proj de atividade ;-----

Elemento de despesa: -- -----

Fonte de recursos: -----

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Contrato, o Edital de Pregão Eletrônico N° 004/2026, seus anexos e a proposta da Detentora desta contrato.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 035/23, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

1. Elegem as partes CONTRATADAS o Foro da Comarca de Joca Marques-PI, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joca Marques-PI, ----- de----- de 2026.

Município de Joca Marques-PI
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Contrato
Representante Legal: XXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII
DO ART. 7ª DA CF/88

PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2026

Objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICO, ELÉTRICO E SANITÁRIO) ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI

A empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o nº. _____,
por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
e do CPF n.º _____.

DECLARA, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal c/c art. 27, sob a nova redação da Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos.

RESSALVA

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Joca Marques-PI – SC_de..... de 2026.

Assinatura do Representante legal

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP/MEI

PREGÃO ELETRONICO Nº. 004/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICO, ELÉTRICO E SANITÁRIO) ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI

expediente em geral e material didático para a PrefeituraMunicipal de JOCA MARQUES-PI

A empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o nº. _____,
por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
e do CPF n.º _____,

DECLARA que se **ENQUADRA** como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou MEI, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e art. 11 do Decreto nº. 6.204/2007.

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto neste Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Joca Marques-PI,de.....de 2026.

Assinatura do Representante legal

ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026

A empresa _____ (licitante/CONTRATADA/detentora da contrato) declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes no ato de entrega das propostas.

Joca Marques-PI, --- de-----de 2026.

Assinatura e nome legível da pessoa física/jurídica(Sócio responsável pela empresa).

ANEXO VIII

ATA SRP Nº. XXX /2026 (Referente Pregão Eletronico Nº 004/2026)

O MUNICÍPIO JOCA MARQUES-PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Edilberto Marques, 620, Centro de Joca Marques – PI- CNPJ nº 01.612.677/0001-43, neste ato representado pela Prefeita Municipal, a Sra. FABIANNA SPÍNDOLA MARQUES, inscrito no CPF nº 048.012.903-70, brasileira, residente e domiciliada no Município de Joca Marques/PI ora denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, brasileiro, CI xxxxxx, CPF xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **DETENTORA(s) DA ATA** nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 035/23 e demais legislações pertinentes e, considerando o resultado do Pregão Eletronico Nº 004/2026, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

A presente licitação tem por objetivo o **PREGÃO ELETRONICO** para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (HIDRÁULICO, ELÉTRICO E SANITÁRIO) ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES-PI

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados/ contratados

2.1 Os valores unitários dos bens/serviços registrados nesta contrato/Ata SRP são os constantes na planilha em abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	P UNIT	P TOTAL
TOTAL					

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

3.1 A DETENTORA do contrato, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

3.2 Fornecer e entregar o objeto deste CONTRATO, de acordo com as necessidades do Município de Joca Marques-PI, dentro das especificações e quantitativos solicitados,

sempre através de requisições previamente emitidas.

3.3 O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Joca Marques-PI.

3.4 O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

3.5 A empresa contratada deve garantir o cumprimento rigoroso do prazo de **até 5 (cinco) contados da data da ordem de fornecimento emitido pela contratante.**

3.6 O setor competente do município terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto/serviço entregue em desacordo com as especificações exigidas, na hipótese de não aceitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

3.8 Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

3.9 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Joca Marques-PI, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta contrato de registro de preços.

3.10 A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

4.1 A Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 035/23 e demais legislações pertinentes.

4.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

4.4 Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do contrato do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

4.5 Dentro do prazo previsto no item anterior, o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

4.6 O prazo de validade do contrato será por um período de **12 (doze) meses**, contados a

partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município, conforme art. 84 da lei nº 14.133/21

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

- 5.1 O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a emissão da nf.
- 5.2 A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o “**CERTIFICO**” pelo responsável do Município de Joca Marques-PI autorizado para o recebimento, devidamente assinado, contrato e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.
- 5.3 Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.
- 5.4 O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Joca Marques-PI, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
- 5.3 O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer conseqüências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.
- 5.4 O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição do objeto

- 6.1 A aquisição do objeto do presente Contrato será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de comprase /ou setor responsável os quantitativos das aquisições.
- 6.2 A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
- 6.3 A contratação com os fornecedores será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/21.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

Do Município:

- 7.1 Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto deste contrato;
- 7.2 Aplicar à DETENTORA DO CONTRATO penalidade, quando for o caso;
- 7.3 Prestar à DETENTORA DO CONTRATO toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 7.4 Efetuar o pagamento à DETENTORA DO CONTRATO no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 7.5 Notificar, por escrito, à DETENTORA DO CONTRATO da aplicação de qualquer sanção.
- 7.6 - E todas as demais relacionadas no Termo de Referência.

8 Da Detentora do Contrato:

- 8.1** Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas neste contrato, bem como no edital e seus anexos;
- 8.2** Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 8.3** Manter durante a vigência deste contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 8.4** Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 8.5** Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos neste contrato, no edital de licitação e seus anexos.
- 8.6** - E todas as demais relacionadas no Termo de Referência.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

9.1 A detentora da contrato será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

- k) advertência;
- l) multa;
- m) impedimento de licitar e contratar
- n) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

9.3 Na aplicação das sanções, a Administração observará:

- f) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g) as peculiaridades do caso concreto;
- h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

- 9.4** A sanção prevista no item 2, „a” será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 1, „a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.5** A sanção prevista no item 2, „b”, fixada pela Administração, em observância ao item 2.1., entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do valor da Contrato de Registro de Preços, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas item 1.
- 9.6** A sanção prevista no item 2, „c”, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, „b”, „c”, „d”, „e”, „f” e „g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Joca Marques-PI, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.7** A sanção prevista no item 2, „d”, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, „h”, „i”, „j”, „l” e „m”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1, „b”, „c”, „d”, „e”, „f” e „g” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 9.8** Na aplicação da sanção prevista no item 2, „b”, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato de sua intimação.
- 9.9** A aplicação das sanções previstas nos itens 2, „c” e „d”, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.10** Independentemente das sanções retro a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação realizada, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.
- 9.11** Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, o(a) Agente de contratação(pregoeiro)(a) poderá desqualificar a licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim a Prefeitura Municipal poderá reincidir o contrato ou cancelar a contrato de registro de preços, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.
- 9.12** A licitante que injustificadamente e infundadamente se insurgir contra a decisão do

agente de contratação (pregoeiro) ou autoridade superior, quer por meio de interposição de recurso administrativo ou ação judicial, fica, desde logo, ciente que, caso o seu pedido seja indeferido, será acionada judicialmente para reparar danos causados ao licitante em razão de sua ação procrastinatória.

9.13 Da aplicação das sanções previstas nos itens 2, „a”, „b” e „c” caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.14 Da aplicação da sanção prevista no item 2, „d” caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do contrato da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.16 Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e Código Penal, bem como demais legislações aplicáveis à espécie.

Cláusula Nona – Do Cancelamento do Contrato de Registro de Preços

10.1 O presente Contrato de Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito pela administração, quando:

10.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes deste contrato;

10.3 A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

10.4 A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.5 A detentora sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

10.6 Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela administração;

10.7 O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

10.8 A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Contrato de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

10.9 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências deste Contrato de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 40 do Decreto Municipal nº /20----

10.10 A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes:

Fonte: ----

Proj de atividade ;-----

Elemento de despesa: -- -----

Fonte de recursos: -----

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

11.2 Integra esta Contrato, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 004/2026, seus anexos e a proposta da Detentora desta contrato.

11.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 035/23, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda - Do Foro

11.4 Elegem as partes CONTRATADAS o Foro da Comarca de Joca Marques-PI, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.5 E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joca Marques-PI, ----- de----- de 2026.

Município de Joca Marques-PI
Prefeita Municipal

Empresa Detentora da Contrato
Representante Legal: XXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX